

# ideias &

**O VALE**

DIRETOR RESPONSÁVEL **FERNANDO SALERNO**  
EDITOR-CHEFE **HÉLCIO COSTA**

EDITORA-EXECUTIVA **SHEILA FARIA**  
CHEFE DE REPORTAGEM **MARCOS MEIRELLES**

**CIRCULAÇÃO**  
Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira, Litoral Norte de São Paulo e no Sul de Minas Gerais

**ENDEREÇO**  
Rua Santa Clara, 417 - Vila Adyanna  
São José dos Campos - SP - CEP 12243-630  
TEL. (12) 3909-3909 - Fax (12) 3909-3910

## EDITORIAL

### Ciência Golpeada

SAÍDA DE RAUPP CONFIRMA FRAGILIDADE DE MINISTÉRIO

A substituição de Marco Antonio Raupp no Ministério da Ciência e Tecnologia foi um duro golpe para a comunidade científica brasileira. A presidente Dilma Rousseff (PT) fez uma opção política, tentando preservar o “espaço” de Minas Gerais na Esplanada dos Ministérios, e criou nova situação de descontinuidade administrativa em uma pasta estratégica para o país. Como tem ressaltado a direção da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), desde que o Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado, em 1985, a pasta tem sido usada com frequência em operações de barganha política entre o Palácio do Planalto e o Congresso. O recordista em mudanças foi Fernando Collor, com três ministros da Ciência e Tecnologia em pouco mais de dois anos. Por conta da afinidade política histórica com área de pesquisa, quando o PT conquistou o Palácio do Planalto, muita gente acreditou que a instrumentalização política do ministério chegaria ao fim. Em vez disso, o Ministério foi transformado em feudo do PSB e prestou-se a investimentos em projetos de eficácia duvidosa, como o patrocínio da viagem do primeiro “astronauta” brasileiro ao espaço e o acordo Brasil-Ucrânia para a base de foguetes. Com Raupp, a presidente Dilma Rousseff (PT) afastou parte desta enviesada relação com a política e deu a oportunidade para que o ministério retomasse a análise dos programas prioritários para a ciência e tecnologia no Brasil. Era um trabalho incipiente, às vezes atrapalhado por opções equivocadas, mas um sopro de esperança para a comunidade científica. O novo ministro, Clelio Campolina, também vem do meio acadêmico, mas será um assessor tampão: se Dilma se reeleger, o Ministério da Ciência e Tecnologia certamente será colocado na mesa das barganhas políticas para a composição do novo governo. Desde a criação do Ministério, são quase três décadas perdidas sem que a ciência e tecnologia se torne de fato uma prioridade de governo no Brasil.

**Eduardo Gaudio**  
Jornalista e gestor público

### A mudança necessária

Passar o Brasil a limpo. Eis uma frase de efeito. Então reformas são necessárias, tributária, jurídica, política, etc...

Me atrevo a discorrer sobre a reforma política, talvez respaldado pelos 30 anos de convivência no meio.

A reforma política é um tema recorrente. Qualquer pesquisa que se faça, atribui-se as mazelas da vida pública à ausência de uma reforma política moralizadora.

Em primeiro lugar porque não será uma tarefa fácil promover uma reforma política, que valorize os partidos, combata a corrupção, promova o equilíbrio na disputa eleitoral e aproxime os representantes dos representados.

Além da complexidade e polêmica do tema, há interesses políticos, partidários e pessoais envolvidos, que podem comprometer o projeto de reeleição de muitos parlamentares.

Qualquer reforma estrutural no sistema eleitoral terá ganhadores e perdedores. É uma questão de escolha.

Por isso, até agora, os interessados numa reforma com esse escopo não conseguiram reunir votos suficientes para aprová-la, nem mesmo em nível infraconstitucional.

Temos 32 partidos políticos, mas não temos 32 ideologias. Mas esses partidos políticos existem legalmente, e legalmente tem que ser o seu enxugamento. Como? Disciplinando através de critérios para sua existência.

Propostas como o fim das coligações nas eleições proporcionais, o que requer mudança apenas na lei ordinária, número de votos mínimos nas eleições proporcionais - tendo como consequências imediatas perda na participação do fundo partidário, coligações com o majoritário por um período mínimo de 4 anos, reeleição uma única vez em todos os

níveis de pleito.

A interferência do grande capital privado nas eleições é uma das principais fontes das crises políticas que vivemos nos últimos tempos. O uso de caixa dois e favorecimentos a candidatos ligados ao capital resultam em aumento do tráfico de influência e da corrupção no âmbito da administração pública.

Essas seriam algumas propostas, ou um sonho, pois sei que a maioria dos nossos parlamentares torcem o nariz, e no máximo essas propostas nunca valeriam para o próximo pleito. Mas não adianta mudar o sistema eleitoral se não houver mudança cultural, especialmente nos partidos políticos.

Enquanto os partidos apresentarem programas para ganhar a eleição e não para governar, dificilmente será aperfeiçoado o sistema de representação.

Os partidos são entidades civis, com autonomia e inde-

pendência, com liberdade para atuar livremente, sem qualquer interferência ou intervenção do Estado.

Entretanto, com raras exceções, os partidos não se auto-regulam. Por exemplo: não controlam filiação, faltalhes nitidez ideológica e programática, não existe clivagem social clara nem coerência entre discurso e prática, além de permitirem o uso de caixa dois nas campanhas eleitorais etc.

Até no quesito fidelidade, que os partidos poderiam exigir daqueles que exercem mandato, falharam. Precisou o STF decidir por eles.

As mudanças que preconizamos fortalecem nossa democracia, dão mais transparência ao nosso sistema representativo e, sobretudo, asseguram mais agilidade e legitimidade nos mecanismos de expressão de toda a sociedade.

Eis o desafio do Congresso Nacional.

**Carlos Neder**  
Deputado estadual e coordenador do setorial de saúde do PT

### Defender a saúde com seriedade

O recente lançamento do projeto "Caixa-Preta da Saúde", em que as pessoas têm a oportunidade de relatar os problemas da rede de saúde pública e privada, poderia ser um excelente mecanismo para fortalecer as políticas públicas da área e, em especial, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas nem de longe parece ser essa a finalidade da proposta, que é promovida pela Associação Médica Brasileira (AMB). A instituição tem se colocado,

junto com outras entidades do setor, radicalmente contra o Programa Mais Médicos, de iniciativa do Ministério da Saúde. Ou seja, ataca uma política pública que tem desencadeado um amplo movimento social em defesa do SUS e gerado resultados surpreendentes nos municípios em que foi adotado.

À vinda de médicos para atuar nas regiões carentes associam-se medidas governamentais para aprimorar a formação profissional e propiciar melhores condições de trabalho. A denominação do projeto da

AMB sugere a existência de malversação no uso dos recursos da saúde - o que não é o caso - e depõe contra a imagem do SUS e de seus profissionais. Trata-se de uma postura meramente corporativista e de caráter político, com claro alinhamento eleitoral de oposição ao governo federal.

Como se não bastasse isso, entidades médicas recorrem progressivamente à Justiça para pedir a anulação do Mais Médicos. São questionamentos que poderiam ser resolvidos em diálogo com o Ministério da

Saúde e os gestores do SUS. A radicalização de posições e a confrontação com governos de todos os partidos que aderiram ao programa deixarão, no limite, as pessoas novamente desassistidas e provocará grande reação popular. Se no início as críticas tinham um viés xenofóbico, racista e preconceituoso, principalmente em relação aos profissionais cubanos, agora o tom sobe para um confronto político e judicial. Perdem, com tudo isso, a saúde brasileira e, em especial, o SUS. É isso o que queremos?

### A FRASE



*"Estamos num processo muito bom de entendimento. Qualquer acordo é sempre melhor do que qualquer guerra"*

**IDELI SALVATTI**  
MINISTRA DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, SOBRE CONVERSAS COM BANCADA DO PMDB NA CÂMARA



**Comemoração.** Uma multidão foi ontem às ruas da Rússia para ouvir as palavras do presidente Vladimir Putin sobre anexação da Crimeia e comemorar a decisão do referendo do último domingo

## CARTADOLEITOR

### Santos Dumont

Respeitando a opinião do senhor Emmanuel Cavalcante, publicada no jornal O VALE, sobre a ideia de dividir a responsabilidade do abandono do parque Santos Dumont entre as administrações anterior (PSDB) e atual (PT), cabe observar que o prefeito Carlinhos de Almeida venceu eleições em 2012, portanto, ele tem que assumir a responsabilidade pela cidade. Na propaganda política ele dizia que ia manter o que estava bom e consertar o que considerava errado. Será que ele considera que estão boas as condições dos brinquedos e

da área de lazer do Parque Santos Dumont, e que o local oferece segurança para as crianças que ali frequentam? Por que em poucos meses de governo, autorizou despesa desnecessária, para reforma e modernização do estádio Martins Pereira, com um custo superior a R\$ 11 milhões, e em mais de 12 de administração municipal, ainda não consegue olhar para as áreas de lazer da cidade? Será que ainda não teve tempo para fazer a manutenção do Parque Santos Dumont, área tão importante para São José? Falta interesse ou competência para tomar decisões que priorizem o que realmente traz benefícios

para o município? Ou será verdade que só importa fazer o que tem grande visibilidade? O prefeito e a sua "caravana do kit escolar" deveriam visitar o parque Santos Dumont, assim como demais espaços de lazer, para criar coragem e melhorar alguma coisa naqueles locais.

**BENEDITO PARENTE**  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### Kit escolar

A posição da presidente da Comissão de Educação, vereadora Juliana Fraga, não se sustenta. O Poder Legislativo tem de fiscalizar as contas, processos e procedimentos realizados pelo Poder Executivo. O fato da presi-

dente da Câmara da Câmara de São José ser esposa do prefeito, isso não quer dizer que "tudo se resolve lá em casa". Tudo se resolve de acordo com a lei. O dinheiro é público e a transparência deve ser total no uso do orçamento.

**EURÍPEDES DE CASTRO JUNIOR**  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### Itamar Coppio

Salvar vidas de pessoas fazendo transplante de fígado agora é falta de ética. Parabéns ao doutor Itamar Coppio, que se dedica a população a anos estandou ou não na política.

**CRISTIANO CLIMA**  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### Táxis

Quando preciso utilizar táxi no horário do almoço e por volta das 18h, não consigo encontrá-lo. Espero entre 50 minutos a 1h10m. Nos fins de semana, a situação torna-se ainda pior. No dia 16, a atendente da Rádio-táxi informou, na hora do almoço, que havia poucos táxis rodando na cidade.

O problema não é novo. Aumentar o número de táxis e a obrigatoriedade de um número X de veículos disponíveis para a população nos horários mencionados são as possíveis soluções.

**MARIA RITAS. PINTO**  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### Torres de energia

Gostaria de contar com apoio os cidadãos e políticos de São José para solicitar que criemos uma lei tornando a Eletropaulo responsável, de forma efetiva, pela segurança dos terrenos que utiliza em nossa cidade para passar seus cabos de transmissão.

**REYNALDO BRAGA FLORIANO**  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

As opiniões emitidas pelos colunistas e leitores, são de responsabilidade deles próprios, e não traduzem o posicionamento do OVALE

AS CARTAS DEVEM CONTER IDENTIFICAÇÃO, TELEFONE E ENDEREÇO. AS CARTAS PODERÃO SER RESUMIDAS PELA REDAÇÃO

Rua Santa Clara, 417 - Vila Adyanna  
CEP 12243 630 - S. José dos Campos

redacao@Ovale.com.br

Fax (12) 3909-3909